

De Revista Institucional a Periódico Científico: Considerações para uma História de Psicologia: Ciência e Profissão

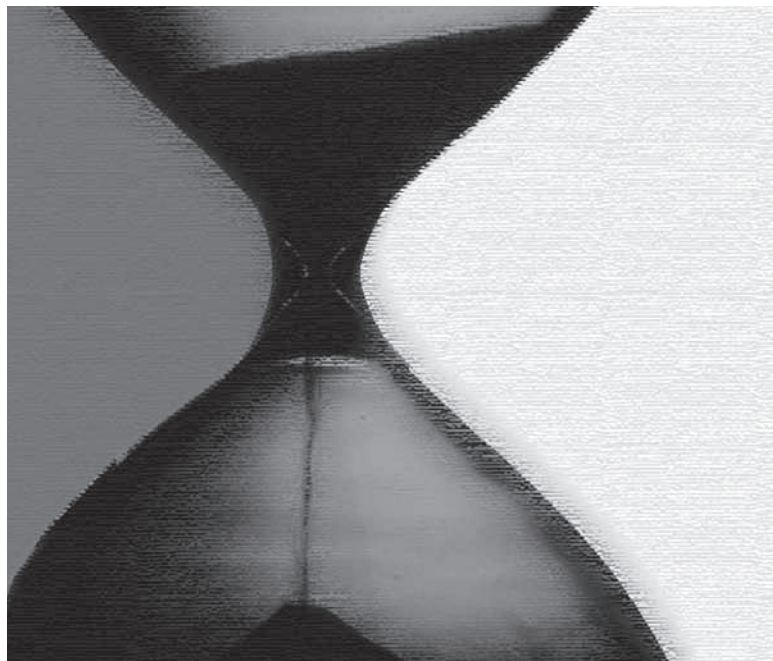
From Institutional Journal to Scientific Journal:
Considerations for a History of Psicologia: Ciência e Profissão

De Revista Institucional a Periódico Científico:
Consideraciones para una Historia de Psicología:
Ciencia y Profesión

**Maria do Carmo
Guedes**

Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo

Artigo



Resumo: Análise inicial da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* permite dividi-la em dois períodos bem distintos: antes e depois de assumir-se como periódico científico. Essa decisão, tomada no momento certo, trouxe o periódico para o grupo dos mais importantes da área, conforme atestado pela avaliação Capes. Parece, entretanto, que seu pertencimento a uma categoria profissional o torna, ainda assim, um periódico diferente do usual: além de artigos científicos, seu projeto editorial inclui a publicação de relatos de experiência profissional. Para entender o que isso pode estar sinalizando, analisa-se a passagem de revista institucional a periódico científico no contexto da editoração científica brasileira.

Palavras-chave: Revistas científicas. Psicologia. Meios de comunicação impressos. Editoração.

Abstract: The initial analysis of the journal *Psicologia: Ciência e Profissão* allows to divide it into two very different periods: before and after taking over as a scientific journal. This decision, taken at the right time, placed the journal in one of the most important groups of the area, as attested by Capes. It seems, however, that its membership in a professional category makes it a journal different from the usual: as well as scientific articles, its publishing project includes the publication of reports of experience. To understand what this may indicate, this article explores the transition from institutional review to a journal in the context of scientific publishing in Brazil.

Keywords: Scientific journals. Psychology. Printed communications media. Publishing.

Resumen: Análisis inicial de la revista "*Psicología: Ciencia y Profesión*" permite dividirla en dos periodos muy distintos: antes y después de asumirse como periódico científico. Esta decisión, tomada en el momento debido, ha traído el periódico al grupo de los más importantes del área, según la evaluación Capes. Parece, sin embargo, que su pertenencia a una categoría profesional lo vuelve, aún así, un periódico diferente: además de artículos científicos, su proyecto editorial incluye la publicación de relatos de experiencia profesional. Para entender lo que esto pueda significar, se analiza el paso de revista institucional a periódico científico en el contexto de la edición científica brasileña.

Palabras clave: Revistas científicas. Psicología. Medios de comunicación impresos. Firma editora.

O artigo de Campos e Bernardes (2005), publicado por ocasião dos 25 anos da revista do Conselho Federal de Psicologia, é bem um exemplo para o que diz Sirinelli (2001): além de ser um ato político, o comemorar "engendra, por indução, orientações historiográficas que podem, por sua vez, influir sobre o contexto ou, pelo menos, contribuir para esclarecê-lo" (p. 81). Ao escrever sobre as três primeiras etapas da história contada por Campos e Bernardes, entro também no projeto dos que, muito justamente, comemoram, neste, os 30 anos da revista *Psicologia: Ciência e Profissão* (PCP). E com a mesma intenção: celebrar um importante veículo de informação comprometido com uma categoria de profissionais que responde hoje por mais de 200 mil afiliados. Quanto ao foco dado a este escrito, visa-se a atender ao convite do conselho editorial da revista: escrever sobre o período que inclui as três primeiras etapas de PCP, tal como entendido pela autora, com base em cuidadosa análise dos editoriais da revista.

Analisando os 56 tomos publicados até 2004, Campos e Bernardes identificaram quatro etapas: a primeira – 1979-1983, com ênfase na produção científica e na história da área; a segunda – 1984-1991, na qual o foco está no que é aplicado à realidade brasileira; segue-se a fase 1992-1996 –, em que o destaque é para o conhecimento e a prática da Psicologia no Brasil, ampliando-se a diversidade de tipos de texto e sistematizando a prática de revisão do material recebido; finalmente, e ao tempo em que alcança a tiragem de quase 100.000 exemplares, a opção pelo compromisso de atender uma demanda da comunidade da área por mais um bom veículo no qual publicar seus artigos. Assim, em 1996, encerrando o período que chamaremos de *institucional*, o editorial conclama os autores a enviar trabalhos para publicação alertando para o fato de poucas revistas científicas no País poderem contar com a infraestrutura e os meios necessários para assegurar a continuidade da publicação como o periódico PCP. Destaque ainda é

Este trabalho é fruto de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e Faperj. Equipe composta por Viviane Richardson, Mariana Cotrim, Thais Graeff, Maria Elisa, Thays Assis (FAPERJ), Aline Zeque Moutinho (FAPERJ), Kessia da Rocha Mattos Coelho (FAPERJ), Carolina Passos Telles Ribeiro e Renata C. Cavour (PIBIC) (graduandos); Alberto Carneiro B. de Souza (mestrando); Adriana Nunan (doutoranda).

¹ No evento citado, o professor Moura Duarte (um dos idealizadores da ABEC), em um debate sobre política de revista científica, insistia: “As revistas de sociedades científicas são as que têm maior amplitude nacional ou internacional, enquanto as institucionais (em geral são fechadas) representam o interesse de uma instituição ou grupo de pesquisadores” (p. 54). Mas, a essa altura, já dizia também: “Não sou radicalmente contrário às revistas institucionais, mas acho que toda revista deve ser... aberta, permitir todos os trabalhos e ter corpo editorial fora da instituição” (Barradas, 1993, p. 55). E, em 1999, o professor Jürgen Döbereiner, presidente da ABEC na gestão 1999-2001, na abertura do *X Curso de Editoração Científica da ABEC*, usa a expressão *relatório institucional* para a revista que, mesmo publicando artigos científicos, inclui informações sobre atividades e programas de seus departamentos (Döbereiner, 2001, pp. 7-10).

² Mais recentemente, novo problema se colocou a propósito da avaliação de periódicos científicos no Brasil, como bem demonstra o editorial assinado pelo professor Maurício Rocha-e-Silva (2009), intitulado “O novo *Qualis*, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil. Carta Aberta ao Presidente da CAPES”.

dado ao “público inigualável” da revista – quase cem mil **leitores** –, “na medida em que ela é distribuída gratuitamente a todos os psicólogos brasileiros inscritos nos CRPs” (Campos & Bernardes, 2005, p. 518). As aspas em “público inigualável” são das autoras, porque citando o editorial, mas o negrito em leitores é nosso.

É nisso exatamente que se funda nossa análise e a razão porque considero a expressão revista institucional para o periódico *PCP* em seus primeiros dezesseis anos (30 tomos publicados), período em que talvez tenha sido mais que nunca lida como revista, pois, nas revistas científicas (principalmente nas gerais como *PCP*), o que se lê são seus artigos, e, em geral, apenas aqueles que interessam diretamente ao pesquisador.

Periódico institucional X periódico científico

É de 1985 (ano também em que um grupo de editores científicos cria sua Associação Brasileira – a ABEC –, e a FAPESP, seu *Programa de Apoio a Revistas Científicas* [Krzyzanowski, 1991]), um livro que marcou por muito tempo o debate sobre as condições para se considerar um periódico como científico. Ao propor uma tipologia para a responsabilidade por uma publicação científica, Lambert (1985) identificava cinco tipos de organização envolvidos na edição de revistas: a) associações científicas e organizações profissionais, b) editores comerciais, c) organizações sem fins lucrativos, d) estabelecimentos de ensino e e) instituições governamentais e de pesquisa. A sequência parecia indicar uma ordem de importância, tanto que o tema *periódico institucional* era sempre objeto de discussão entre os editores de sociedades científicas e os editores de institutos de pesquisa. Em 1991, sete anos depois, portanto, o assunto

era ainda objeto de debate, como se vê nos *Anais do 1º Seminário sobre Editoração Científica de Revistas Editadas no Estado de São Paulo* (Barradas, 1993), no qual dois dos seis debates eram a ele dedicados. Para a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), periódicos como os do Instituto Agrônomo (*Bragantia*), do Instituto Oswaldo Cruz e do Instituto Biológico de São Paulo – merecidamente orgulhosos de seu papel de arquivo da produção científica dos órgãos que os editavam –, eram *apenas* periódicos institucionais, a despeito de sua qualidade científica, editorial e gráfica. E o apoio de agências de fomento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), era *preferencialmente* direcionado às revistas de sociedades científicas (Ferreira da Silva, 2001, p. 141), cabendo às institucionais conseguir apoio junto às suas próprias instituições (Moura Duarte, 1993, p. 55). Em um dos debates sobre o tema no evento citado, Barradas (1993), que dirigia então um periódico institucional, alertava os interessados na abertura de novos periódicos para cuidarem de mudar o quadro que permitia “uma certa discriminação contra os periódicos ditos *da casa*, pois admite-se que eles, indistintamente”, imprimem de forma automática, sem avaliação, o que vem de seus departamentos (p. 82).

E foi assim, no debate maior entre institucionais e científicas, que as revistas brasileiras tiveram que enfrentar, nos anos 90¹, a proposta de criação de um (futuro) *Qualis* para periódicos científicos². Visando (parecia) apenas a identificar e a pontuar a publicação dos professores de pós-graduação do País, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) iniciou um processo que se revelou, afinal, parte de um movimento que se diria aliado a “tendências mais conservadoras de nossa sociedade, centradas nos conceitos de normalidade, padronização e classificação”.

Paradoxalmente, é assim que a revista se refere ao movimento da categoria ao assumir “a necessidade de que os psicólogos contribuam para superar *mazelas sociais e educacionais*” (Campos & Bernardes, 2005, p. 516).

Entretanto, foi a avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES que conseguiu acabar com o *fechamento* das revistas institucionais. De fato (e não estava sozinha nisso), a área carecia de bons periódicos para escoar a produção de pesquisa das universidades e institutos de pesquisa do País; os periódicos precisavam de verba para custear gráfica e correio, e revistas abertas permitem maior integração (ou, pelo menos, aproximação) da pesquisa realizada por todo o País. Além de tudo, o fechamento apontado por Moura Duarte não passava, em geral, de ausência de pessoal externo no conselho editorial e de artigos de outras instituições que não apenas a da publicadora. Então, por que não aderir ao projeto?

Psicologia: Ciência e Profissão: um periódico institucional?

À pergunta deste intertítulo, respondo rapidamente com outra: e por que não? – para deixar claro meu respeito pelo termo *institucional*. Ser institucional pode ser muito importante, instituir não é necessariamente burocratizar e conservar, mas pode ser também “criar, fundar” e “atribuir (a outrem ou a si próprio) uma missão, uma tarefa” (Houaiss, 2001, p. 1627). Mas, para fechá-lo, nossa análise considerará dois dos elementos de um periódico nos quais encontramos pistas para saber se se trata de revista institucional: capa e sumário. Quanto ao terceiro e provavelmente mais importante – o editorial –, aproveitamos a análise feita por Campos e Bernardes, recorrendo diretamente

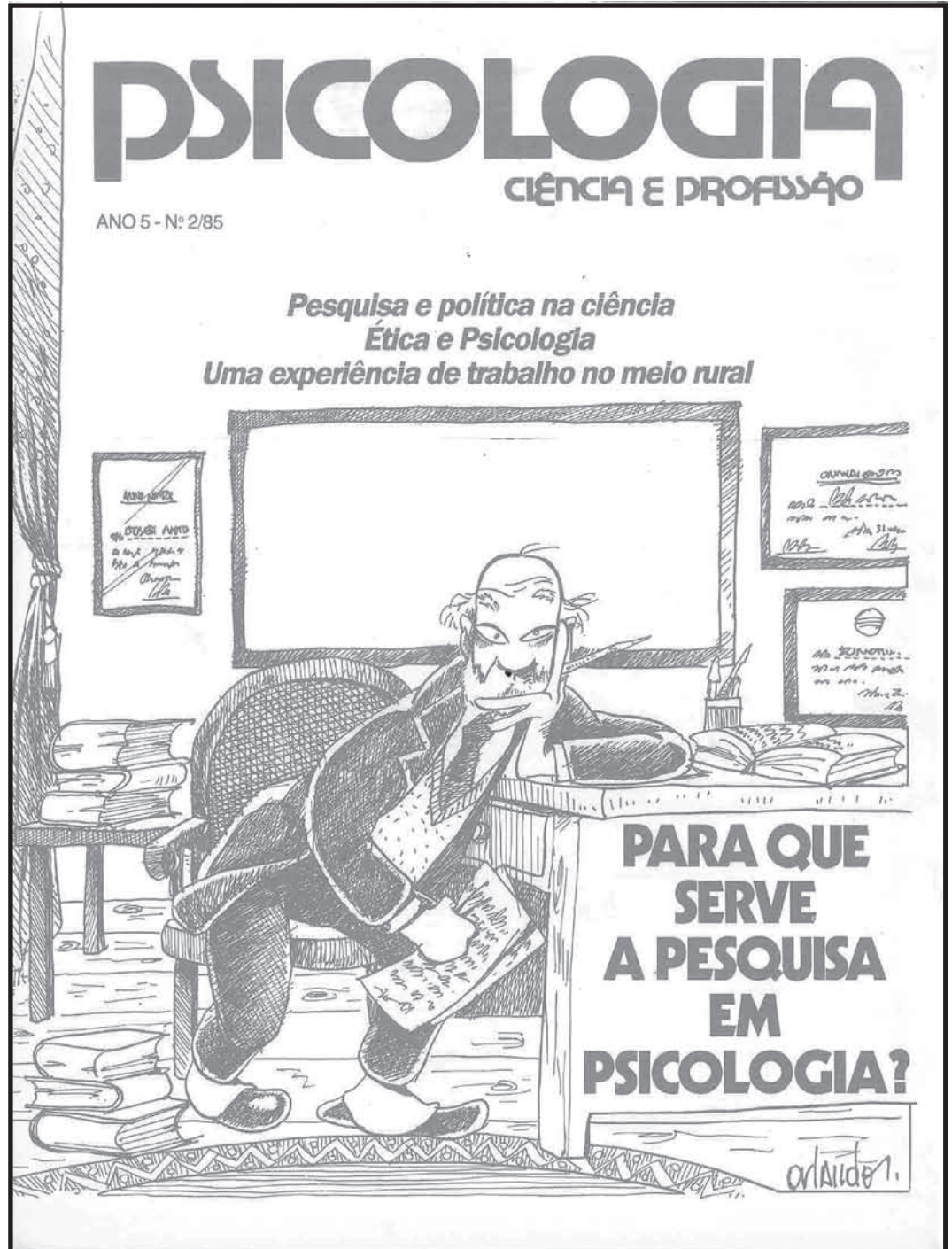
aos editoriais apenas quando necessário para uma ou outra discussão.

A excelente análise dos editoriais feita pelas autoras diz muito bem quão *PCP* tem sido institucional desde sua abertura, ao pautar a maioria dos tomos, seja publicando material produzido em eventos e prêmios do CFP, seja definindo números temáticos, sempre justificados em editorial. Mas, nascida (e mantida até pouco tempo) como material impresso, capa e sumário certamente precederam, em *PCP*, a leitura de editoriais. Assim, pretendemos apenas completá-la, ao escolher como objeto o que costuma atingir o leitor antes que chegue ao editorial ou, se quiser pulá-lo, para ir diretamente ao texto que o levou a folhear a revista.

Começo pelas capas, nas quais a posição de um periódico e, por definição, de um periódico institucional impresso se revelaria de imediato. Em 1984, n.1, por exemplo, quando a revista pela primeira vez muda de formato, as novas capas de *PCP* trazem outra novidade: as chamadas para alguns dos textos publicados. Por que apenas alguns? Apenas para não *poluir* a capa? (Cabe dizer que a capa do tomo imediatamente anterior a essa mudança é um bom exemplo de poluição.) E, se foi assim, como terá sido tomada a decisão de quais textos chamar? Ao selecionar para destaque alguns dos textos, a revista privilegiava temas, posições, autores? A análise do editorial quando da mudança não chega a responder isso. Se alguma intenção havia, não está revelada, o que não significa que não tenha havido intenção.

Passemos a outra possível pista ainda na capa. Chama a atenção o período em que as capas trazem alguma imagem, elemento bastante explorado no mundo editorial para conseguir a atenção não apenas do leitor mas também de um comprador. O uso de imagem na

capa em *PCP* aconteceu ao longo de 27 tomos (1984-1997). Em um deles (ano 5, n. 2, 1985), um desenho que destacamos pelo caricato com que representa um profissional da área – um *pesquisador* (aliás, tema chamado com maior destaque que outros dessa capa) –, caberia a pergunta: quem é visto assim pela revista? O pesquisador? Ou o profissional que não sabe para que serve a pesquisa? Ou, quem sabe, a revista entende, como Boltansky (1979) – autor de um livro sobre modos de aliar imagem e texto –, que “é possível usar clichês sem a menor ironia, sem o menor espírito crítico?” (p. 10). Para conferir, apresentamos cópia dessa capa.



Quanto ao sumário – no qual se pode bem explicitar a política editorial de uma revista, com seções bem definidas, em vários momentos *PCP* se revela, como, por exemplo, quando interrompe a simples relação dos textos publicados com uma informação em destaque, anunciando em editorial (mas nem sempre) que aquele particular texto foi obtido em atividade organizada pela instituição. Não se trata, ao menos no primeiro momento em que isso ocorre (1984), de abrir uma seção na revista; esse compromisso foi assumido posteriormente, embora muitas vezes ainda isso só se explicita no editorial, e não no sumário.

Essa, aliás, foi uma dificuldade na análise dos sumários: ao colocar na *internet* seus números, *PCP* traz algumas atualizações, isto é, usa alguns procedimentos do presente para definir um sumário que não existiu à época, quando lançada em versão impressa. Comparando as edições originais com as edições eletrônicas, chegamos à conclusão que os sumários impressos do período em análise eram frequentemente analíticos – informavam não apenas autores e títulos (estes nem sempre) dos textos mas também como haviam sido obtidos, deixando o nome *artigo* para (supomos) os textos recebidos da demanda espontânea. Estão, pois, declaradas já no sumário (impresso) as seções a que se dedica o periódico, sem a formatação mais moderna, que sugere separar os textos, no sumário, em seções. Fica por verificar se apenas os textos chamados artigos são de fato artigos, e se, entre os apresentados nas mesas e debates, alguns não poderiam também ser artigos. E cabe alertar para a ausência, em alguns sumários eletrônicos, do nome dos autores e títulos dos textos publicados sob a referência *Em debate*, como no número cuja capa perguntava para que serve a pesquisa científica para três pesquisadores que enfrentaram o tema com títulos (posições?) diferentes.

Resta ainda dizer que ausência de padronização no formato virtual também dificultou a análise dos sumários (eletrônicos ou impressos), uma das razões, aliás, que teriam levado a primeira Comissão ANPEPP para avaliação de periódicos a sugerir maior profissionalização às revistas da área. No entanto, ter que ir aos editoriais – e, agora, também às folhas de créditos para sanar dúvidas – permitiu acrescentar à nossa análise informações interessantes: encontramos referências ao compromisso do Sistema Conselhos e seu plenário na definição da política editorial da revista, na montagem de números temáticos de interesse para **toda** a categoria profissional, na sugestão de que espera “apresentação de trabalhos que não se estendam em detalhar longamente procedimentos e resultados”, preferindo a eles “trabalhos de caráter sintético”, e na sua opção por não publicar trabalhos que abordem “questões secundárias e de interesse restrito”. Em todo caso, as seções, nomeadas ou não em sumário, mostram bem a intenção do periódico de atender à categoria profissional que representa: *Cartas, Depoimentos, (Psicologia) Em Debate, Leitura crítica, Resenha, Informe-se*, entre outros (isso nos primeiros anos); depois, seção temática x seção não temática, e finalmente hoje, separados dos artigos, os *Relatos de experiência profissional*.

Concluindo

Em 1996, o então vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, à época assumindo a responsabilidade institucional pelas revistas de sua unidade, dizia:

Nas áreas das ciências humanas, as publicações universitárias constituem um dos poucos frutos do trabalho acadêmico que se configuram, claramente, como *produto*, em sentido próprio e não figurado,

embora, à evidência, incorporem em si também um conjunto de *serviços*. Tal circunstância permite, com alguma facilidade, que se analise as publicações universitárias com base no tradicional tripé para qualquer produto colocado à disposição do mercado, qual seja: preço, prazo, qualidade. (Aubert, 1996, p. 1, itálicos do autor)

Assim, enquanto periódicos institucionais universitários em nossa grande área se preocupavam ainda em estudar condições para enfrentar um complicado (e raro) produto de seu trabalho – o editar –, *PCP* assume que poderia ser um dos veículos para difusão de outro trabalho acadêmico – o escrever –, vale dizer, dará conta do tripé: não importa o custo (porque tem verba para isso), poderá publicar no prazo – periodicidade e, muito importante, regularidade³ (porque tem infraestrutura própria) e com qualidade (porque se dispõe a cumprir as exigências da Capes para um periódico científico Qualis).

Ao ser lançada em dezembro de 1979 como publicação oficial do CFP, e acrescentando no editorial que atendia a uma categoria profissional que já tinha 17 mil afiliados, a revista parecia ter um propósito claro: ser institucional. O editorial tem título (**Nossa revista**, grifo meu) e é assinado pelo conselheiro presidente que, por duas vezes, a ela se refere como científica e profissional. E mais, com *direito* a colocar no alto da capa *Ministério do Trabalho*.

E *PCP* parece ter sustentado claramente esse propósito, ao menos até que resolve ser (apenas?) um periódico científico. É claro que este apenas vem com a intenção de provocar, mas o fato é que hoje, além de *Psicologia: Ciência e Profissão*, o Conselho Federal de Psicologia tem já outros veículos (periódicos ou não, impressos e virtuais, além de vídeos), nos quais certamente tem mais liberdade para cumprir o compromisso institucional assumido com todos os seus afiliados. Afinal, a categoria tem, proporcionalmente, muito poucos de seus integrantes em trabalho

acadêmico, embora todos os mais de 200 mil leitores de *PCP* – melhor dizendo, afiliados do CFP, possam (ao menos em tese) beneficiar-se do produto de seu trabalho, além de poderem ser autores de textos. Mais que isso, o CFP tem, sim, seu papel como instituição profissional, e as diretorias eleitas seus projetos particulares de como atendê-la. Não é, pois, de estranhar que precise de outros meios para dar conta disso (e essa abertura necessária é bem detalhada no editorial do n. 1, de 2003) ou de uma seção especial em *Psicologia: Ciência e Profissão*, os *Relatos de experiência profissional*.

Capas, sumários, editoriais e até folhas com os créditos da revista foram fonte para se chegar a essa conclusão. Se alguma questão nos sobra ainda, depende de pesquisa nova, de preferência não documental, pois, se estamos falando de uma história do presente, por que não ouvir a categoria que a vive? Não que *PCP* não o tenha feito várias vezes, mas a nossa curiosidade seria saber o que pensam não só os conselheiros (atuais e passados) mas também os profissionais que assumiram a tarefa de editar a revista, além dos mais jovens integrantes da categoria, sobre o fato de sua principal revista ser feita por universitários. Nada contra, mas precisa ser assim? E onde são buscados os pareceristas *ad hoc*, apenas nas universidades? O que acham disso os psicólogos que não são nem querem ser professores universitários, ou os psicólogos pesquisadores em instituições de pesquisa não universitárias? Por que não inovar, por exemplo, trazendo psicólogo não acadêmico mas especialista no atendimento a crianças como um terceiro parecerista para os artigos nesse tema?

Lembro, finalmente, que a tipologia de Lambert (1985) citada ao início deste texto falava em “associações científicas e organizações profissionais” como instituições primeiras em uma tipologia com cinco itens, ao analisar a responsabilidade pela publicação de periódicos científicos. Assim, faz muito sentido, a nosso ver, a decisão de *PCP* de

³ O assunto regularidade do periódico é tema recorrente nos editoriais, mas, nesse momento (1996), é citado para lembrar que ela depende dos leitores-autores e, assumido que se pretende manter a vocação temática da revista, ao mesmo tempo se dará vazão à demanda espontânea. Começa aqui a ideia de uma seção temática e de uma seção não temática. Cabe lembrar que só agora *PCP* vai de fato dar conta ao menos da periodicidade (a revista é agora realmente quadrimestral).

fazer de seu principal periódico um periódico científico. E nisso tem companhia: muitas das mais importantes organizações profissionais em Psicologia no mundo, mesmo com excelentes periódicos científicos, acabam tendo um – também científico –, que se marca pelo compromisso profissional para com a categoria.

A missão principal de *PCP* está bem clara na sua apresentação hoje: contribuir para a formação profissional do psicólogo brasileiro bem como socializar o conhecimento psicológico produzido por aqueles que pesquisam e/ou atuam no campo da Psicologia.

A história dirá se tornar-se uma revista científica foi uma boa opção para a categoria.

E uma avaliação dos artigos publicados dirá quão bem ela terá representado o conhecimento produzido pela pesquisa científica brasileira na área. Caberia apenas ainda perguntar: terá a instituição interesse em atender a convenções na publicação científica que é função de associações científicas, mas talvez não de associações profissionais? Não precisamos entrar em detalhes; há editoriais primorosos sobre o assunto ao longo dos anos 90, por exemplo, em *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, que alertam para o sentido das normas editoriais em periódicos científicos. Aqui queremos apenas lembrar: seria por isso que Lambert separava como dois “tipos de publicadores” essas duas associações? Seria por isso que o CNPq (Ferreira da Silva, 1993) *preferia* apoiar apenas as revistas das associações científicas?

Maria do Carmo Guedes

Professora emérita, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e Psicologia Experimental nessa Universidade, São Paulo – SP – Brasil
E-mail: mcguedes@pucsp.br

Endereço para correspondência:

Rua Georgia, 419, Brooklin, São Paulo, SP – Brasil CEP 04559-010.

Referências

- Aubert, F. (1996). *Problemas e caminhos das publicações universitárias no Brasil da área de humanidades*. (Texto escrito para evento na Reunião Anual da SBPC em 1996)
- Barradas, M. M. (1993). Abertura de revistas institucionais. In *Documento IAC: Anais do 1º. Seminário sobre Editoração Científica de Revistas Editadas no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Agrônomo.
- Boltanski, C. (1979). *Les modèles. Cinq relations entre texte et image*. Paris: Cheval D'attaque.
- Campos, R. H. F., & Bernardes, L. H. G. (2005). A revista Psicologia: Ciência e Profissão – um registro da história recente da Psicologia brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 508-525.
- Döbereiner, J. (2001). A publicação científica vista por um pesquisador. *Anais do X Curso de Editoração Científica*. Atibaia: ABEC. (Notas de aula compiladas)
- Ferreira da Silva, C. (1993). Programa de Apoio à Publicação Científica. In *Documento IAC: Anais do 1º. Seminário sobre Editoração Científica de Revistas Editadas no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Agrônomo.
- Houaiss, A. (2001). Institucional. In *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (p. 1627). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Krzyanowski, R. F. (1991). Programa de Apoio às Revistas Científicas para a FAPESP. *Ciência da Informação*, 8(2), 137-150.
- Lambert, J. (1985). *Scientific and technical journals*. London: Clive Bingley.
- Moura Duarte, F. de. (1993). Política de revistas científicas. In *Documento IAC: Anais do 1º. Seminário sobre Editoração Científica de Revistas Editadas no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Agrônomo.
- Rocha-e-Silva, M. (2009). O novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil. Carta Aberta ao Presidente da CAPES. *Clinics*, 64(8), 721-724.
- Sirinelli, J.-F. (1999). Ideologia, tempo e história. In Chaveaux (Ed.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC.